

MATERNIDADE E CARREIRA: DESAFIOS E IMPACTOS PARA AS MULHERES MÃES

Gabriella da Silva Mendes ¹
Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca ²

RESUMO

A mulher ao longo dos anos, tem ressignificado sua participação na sociedade, empoderando-se em várias funções que eram exclusividades masculinas. Ocupando posições importantes, com maiores reconhecimentos profissional, promovendo independência financeira e autonomia, adquiriram maiores visibilidades que podem ser observadas historicamente. Mas, ainda em pleno século XXI e tantas conquistas femininas, ainda vemos como para muitas mulheres, a maternidade chega acompanhada de um sentimento de culpa, tanto pessoal quanto profissional, tornando-se um “verdadeiro dilema”. Desta forma, nota-se com frequência histórias de mulheres que abandonaram suas carreiras profissionais, por falta da chamada “rede de apoio”. Este trabalho pretende apresentar questionamentos, a partir de estudos que se debruçaram sobre o tema. Apresentando alguns depoimentos anônimos de mulheres, que responderam voluntariamente um questionário *on-line* na página de divulgação científica: 'Meninas na Ciência-UFRJ', contando suas experiências e escolhas enquanto mulheres, e a conciliação de papéis que lhes é imposta socialmente.

Palavras-chave: Mulheres, Maternidade, Carreira, Sociedade, Educação.

INTRODUÇÃO

Durante anos, historicamente, a mulher dedicava-se exclusivamente ao cuidado da casa, marido e dos filhos. Depois da primeira e da segunda guerra mundial as mulheres passaram a ganhar espaço no mercado de trabalho, pois, seus companheiros estavam na linha de frente de batalhas, e os que retornaram carregaram consigo sequelas ou vieram ao óbito. Desta forma, historicamente começamos a observar uma mudança social, onde a mulher passou a ser a única responsável e provedora da família.

As mulheres ao se introduzirem no mercado de trabalho, não tiveram seus direitos inicialmente assegurados, havendo muita exploração na mão de obra feminina, com baixa remuneração, carga excessiva de trabalho que lhes eram expostas, e as situações insalubres e desumanas.

Com o decreto de nº21.417/1932 no Governo de Getúlio Vargas, foi estabelecido os direitos iguais de trabalhos sem distinção de sexo, também sendo proibido o trabalho às

¹ Doutoranda de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto NUTES/UFRJ, gabiufrj1@gmail.com;

² Professor Orientador: PHD, Professor Associado, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto NUTES/UFRJ, abrasil@ufrj.br.

mulheres grávidas, e proibição do desligamento empregatício durante o período gestacional.

Ao longo do tempo, nota-se que a mulher foi conquistando o seu espaço na sociedade e ganhando presença no mercado de trabalho.

Atualmente as mulheres são a maioria da população, e muitas são responsáveis pelo sustento da família. Mas, ainda são muitos os desafios que elas encontram, para conciliar a vida pessoal e o papel de mãe, em suas vidas.

Podemos perceber a falta de engajamentos de várias instituições e organizações, ao não desenvolverem programas e/ou políticas pensando nesta fase da mulher. Onde, poderia-se amenizar a carência que sentem, e assim conciliar a vida pessoal, com a vida profissional.

Este estudo visará desta forma, identificar o impacto da maternidade na carreira da mulher, e como há a conciliação entre a vida profissional e o papel de mãe, e como isto é visto na atualidade, a partir do breve contexto apresentado, se comprometendo a refletir sobre a “batalha diária” pelo cumprimento das inúmeras tarefas que devem ser conciliadas com a maternidade, e às demais lacunas deixadas pela gestão pública e, até mesmo privada.

METODOLOGIA

Optamos pelas análises: quantitativa e qualitativa de dados presentes nos relatos dos questionários *on-line* na página em rede social: ‘Meninas na Ciência – UFRJ’, e para que fosse possível compreender, a complexidade e os detalhes das informações obtidas, também utilizamos o método de análise de discurso de Bardin (2016), e desta forma, adquirir os resultados deste trabalho de pesquisa.

Segundo Bardin (2016) o processo de análise de conteúdo é organizado em torno de três principais fases, são elas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

Com relação à última etapa, sobre o momento de organização, poderemos sistematizar as ideias iniciais. Esta fase pode ser subdividida em cinco etapas: leitura flutuante; escolha dos documentos a serem analisados; formulação de hipóteses e objetivos; referenciação dos índices e elaboração de indicadores; preparação do material (BARDIN, 2016). A segunda fase do processo de análise de conteúdo, a exploração do material, refere-se à atividade de codificação, decomposição e enumeração, dependendo das regras formuladas previamente.

Tratar o material é codificá-lo. A **codificação** corresponde a uma transformação [...] dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão



[...]A categorização que é um processo dialético e flexível, onde se procede com a definição das categorias empíricas, as quais emergem da pesquisa de campo, ou seja, são resultantes da coleta de dados na realidade. A análise das categorias empíricas pode ser realizada com base nas categorias teóricas, que foram definidas a partir de toda a fundamentação realizada previamente, com a leitura aprofundada do material já existente acerca do objeto de pesquisa. (BARDIN, 2016, p. 103, grifos da autora).

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, é importante dizer que este estudo buscou realizar uma reflexão teórica acerca das hipóteses da fenomenologia existencial referente as escolhas existenciais vivenciadas por mulheres na qualidade de ser mulher e se admitir estar como mãe e profissional, pois acredita-se que seja importante reconhecer a conjectura dessas escolhas no universo feminino na contemporaneidade, sobretudo no Brasil.

Observa-se que a história da mulher, notadamente no Brasil, vem sendo escrita baseada em dois quesitos, a saber: a queda da taxa de fecundidade e o crescimento no grau de instrução da população feminina. Tais fatores seguem uma progressiva inclusão da mulher no mercado de trabalho, bem como a ampliação de sua renda. No ano de 1990, teve-se que a parcela feminina alcançava 34,4%. No ano de 2006, as mulheres ocupavam cerca de 42% dos postos de trabalho (UENO, 2010).

A escolha por ter filhos pode significar o abrandamento das aspirações individuais como, por exemplo, aprazar planos de carreira mais audazes ou deixar de adquirir determinados bens materiais almejados para o futuro. Outra preocupação frequente entre casais, alude-se ao fato de que ter filhos constitui ter outro ser humano completamente dependente afetiva e economicamente deles. Além do mais, essa dependência do filho afetaria de forma negativa a autonomia e a independência de ambas as partes, ocasionando certa insegurança em relação a seguridade econômica e relacional do casal (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Para solidificar sua condição dentro do mercado de trabalho, a mulher vem deixando, frequentemente, projetos individuais como a maternidade. A diminuição na quantidade de filhos pode ser vista como um dos fatores que vem colaborando para facilitar a compleição da mão de obra feminina. A diminuição da fecundidade aconteceu com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, iniciou-se uma percentagem baixa de fecundidade: 2,6%, que tombou para 2,3% ao final da mesma década (UENO, 2010).

A inclusão da mulher no mercado de trabalho trata-se de um fenômeno atual no Brasil. Todavia, agora, nota-se o aumento da inclusão desta no mercado de trabalho, sendo que os dois

cônjuges trabalham e a renda originária do trabalho feminino trata-se de um fator essencial para a sustentabilidade econômica familiar. Além da sustentabilidade, tem-se igualmente maior poder de consumo dos casais, já que estão inclusos dentro de uma sociedade que tem valores culturais regulados na individualidade da crença de que o consumo de bens se trata de uma maneira para viver mais feliz (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Sabe-se que as reações acerca da gravidez de uma profissional nem sempre foram vistas com positividade no mundo organizacional. Por muitos anos, em diversas instituições, haviam restrições para a aceitação de mulheres de modo comum, e a faixa etária mais afetada era entre vinte e trinta anos. A gravidez concebia elevados custos na folha de pagamento das organizações. Atualmente, nota-se uma alteração na postura das empresas, e isto, em razão do progresso e o amadurecimento da mulher no campo profissional, bem como ao próprio crescimento da competitividade nas colocações de trabalho (UENO, 2010).

Deste modo, observa-se que uma das grandes pressões que as profissionais de hoje encaram não é somente provar a capacidade profissional, entretanto, maiormente, harmonizar as demandas da carreira com a vida particular. Assim sendo, uma parcela expressiva de profissionais do sexo feminino se vê forçada a postergar a maternidade em razão da carreira profissional (ALMEIDA; SANTOS, 2018).

Portanto, acredita-se que pensar acerca da maneira de ser e de enxergar da mulher diante da condição de ser mãe e profissional, restitui a necessidade de averiguação das dessemelhantes formas admissíveis do ser da mulher que, por ocasiões, advém se perder no mundo, esquecer-se de si própria, vindo a ser mais uma, e que o seu ambicionar, o seu pensar e o seu fazer, se encontra naquilo que o mundo define que precisa ser.

Desta forma, o presente estudo procurou realizar uma reflexão sob o ponto de vista da filosofia existencial, do processo de escolhas adjudicadas às mulheres em ser mãe e profissional, bem como a influência de tais escolhas na identidade da figura da mulher, além de apresentar os desafios frente à conciliação de papéis das mulheres.

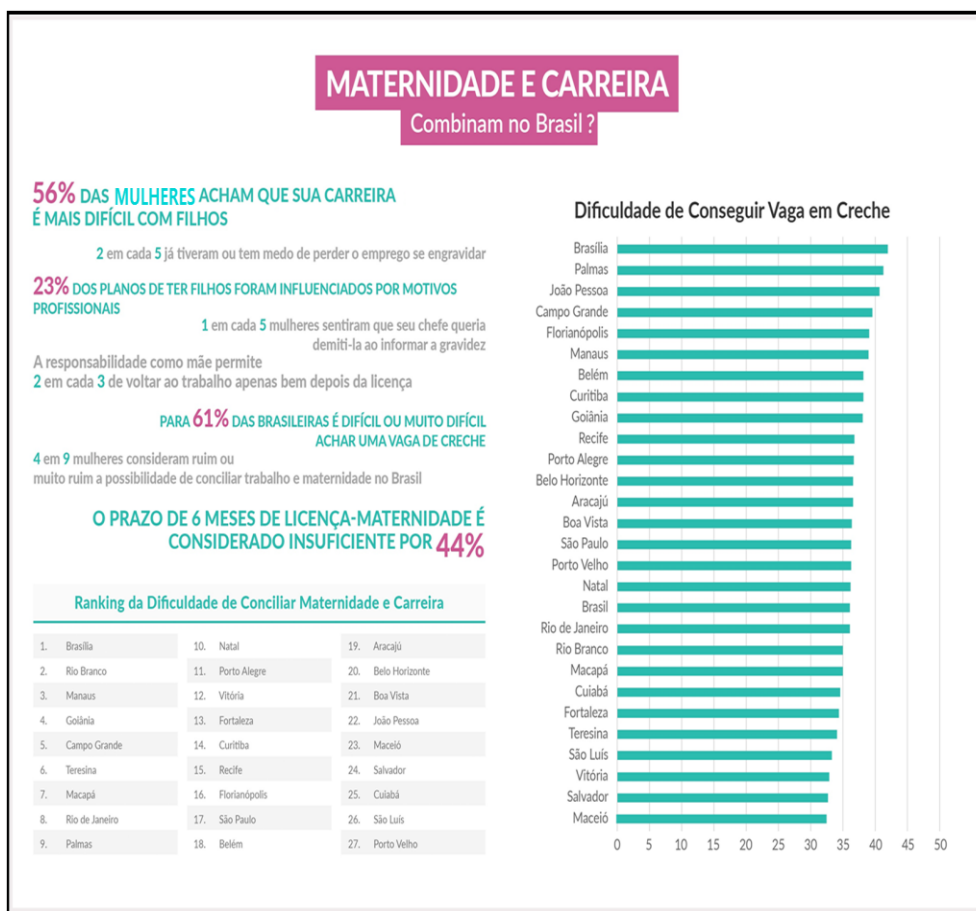
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário *on-line*: Experiência SER MULHER, com a pergunta norteadora: Maternidade e Carreira combinam no Brasil? Foi lançado na página de divulgação científica: Meninas na Ciência-UFRJ em Janeiro de 2019, e neste trabalho já conseguimos o mapeamento de mais de 1000 respostas *on-line*, onde no recorte para o presente trabalho, decidimos apenas

nos focar nas análises por regiões do Brasil, considerando as questões da maternidade como central para a discussão dos resultados aqui apresentados.

Os dados utilizados para este trabalho são os de até Julho de 2020. Durante o mapeamento de respostas, nota-se a presença de 27 cidades / capitais do Brasil, com os mais variados perfis, depoimentos e opiniões. O **quadro abaixo** foi elaborado para contemplar os principais dados de interesse de recorte do presente trabalho, e posteriormente poderemos realizar outros desdobramentos.

Quadro 01 – Síntese de Dados Principais obtidos.



Fonte: Próprios Autores (2020).

Ao analisarmos os resultados obtidos com questionário on-line, segundo o método de análise de conteúdo de Bardin (2016), aportando-nos historicamente, percebemos que as políticas públicas que deveriam apoiar as mulheres mães, ainda são as: “desenhadas e aplicadas” por grupos sociais que dominavam a sociedade – a elite política geralmente composta pelos homens brancos, heteronormativos, com alta escolaridade, com concentração de renda e de forte inserção social. As vozes e experiências originadas fora dessa esfera do poder hegemônico não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava



como uma questão em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política, nem na tomada de decisões, tampouco como suas destinatárias específicas.

O fortalecimento do movimento feminista ocorreu no Brasil a partir dos anos 1970. Menos de uma década depois, se consolidou no Brasil um forte movimento feminista e também na área acadêmica, cujos reflexos, de imediato, se fizeram presentes na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, com o intuito de estabelecer pautas políticas específicas e/ou direcionadas às mulheres (Farah, 2004; Bandeira, 2010, Soares, 2003; Godinho, 2007). Sem dúvida, foram e são ainda muitos os desafios para alcançá-las.

Vale lembrar que o conceito de gênero estrutura-se a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc. entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas e de poder (Scott, 1995). Evidente que há outras desigualdades associadas, além de raça/etnia, classe, geração etc., tais como de acesso a outras dimensões da esfera pública, a saber, à justiça, à tecnologia, à saúde, ao sistema bancário/financeiro, entre outros.

Assim, ao propor políticas públicas “de gênero” é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio-históricas e culturais herdadas, pressupõe-se que o Estado evidencie a disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações.

Para tanto, é necessário compreender que as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (Farah, 2004; Silveira, 2003). No âmbito do executivo federal, são efetivadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Resultam do processo de mobilização das próprias mulheres, através de suas organizações, cujos resultados são as conferências em suas diversas instâncias municipais, estaduais e nacional.

Observamos que trabalhar fora de casa; trabalhar na manutenção da casa; estudar e cuidar de uma ou mais crianças, se por um lado essa “equação” pode refletir a imagem admirada pela sociedade de uma “super mulher”, o dia a dia mostra que, na realidade, esse “fardo”

disfarçado de elogio, pode acarretar num acúmulo de jornadas de trabalho, se essa mulher não tiver uma chamada “rede de apoio”.³

Ao refletirmos a rígida divisão de papéis femininos e masculinos, segundo Bourdieu (2002), ainda vigente, e que é deslocada para o espaço público – opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva, como também argumentado por Bourdieu (1989) – coloca-se no senso comum como modelo de família “normal e heteronormativa”: os homens são vistos como provedores e as mulheres, como responsáveis pela esfera doméstica. Essa composição familiar tradicional e conservadora “representada” ainda permanece, mas, passou a conviver com outras realidades, tanto no que diz respeito aos múltiplos arranjos familiares existentes, quanto no que concerne à manutenção econômica, sobretudo das famílias “monoparentais”, em que as mulheres como responsáveis pelas famílias, são arranjos cada vez mais comum, desta forma, a pesquisa pretende realizar a reflexão da presença do modelo estereotipado predominante no imaginário social, esperando-se contribuir para invisibilizar as situações de conflitos relacionadas à violência sexista e ao racismo estruturador das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da mulher no mercado de trabalho e a construção de uma carreira tem se tornado prioridade na vida da mulher pós-moderna, como aponta esta revisão de literatura. Diante de duas questões de extrema realização para a mulher, maternidade e carreira percebe-se em muitas situações o adiamento da maternidade em função da busca de consolidação da carreira.

Os estudos acerca das mulheres que optaram por realizar esses dois projetos, carreira e maternidade, constituem-se o principal foco deste artigo. Constatou-se que a literatura carece de trabalhos que diferenciem carreira de atividades profissionais remuneradas, pois essa distinção é importante para compreender como a mulher se relaciona com a esfera pública, isto é, a atuação fora do lar.

Percebeu-se que a tentativa de conciliar a maternidade e a carreira podem provocar um

³ A expressão “rede de apoio” tem sido enfatizada como um dos aspectos sociais, mais importantes para o bem-estar materno durante a gestação, nascimento dos filhos, além do cotidiano profissional para ajudar a mãe, segundo OLIVEIRA, Maíra Ribeiro de; DESSEN, Maria Auxiliadora. Alterações na rede social de apoio durante a gestação e o nascimento de filhos. Estudos de Psicologia I: Campinas I 29(1), Janeiro-Março. (pp.81-88).

Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n1/a09v29n1.pdf/www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n1/a09v29n1.pdf>

Acessado em 13/03/2019 às 13h45min.

conflito. Nesse sentido, as mulheres que optam por serem mães ainda sofrem: estigma social, sobrecarga, e tendem a postergar o retorno ao trabalho. E numa segunda justificativa, também devemos levar em consideração, o grau de satisfação das mulheres em relação ao que fazem, sendo essa uma das principais razões para muitas mulheres retornarem ao trabalho após o nascimento do filho.

As concepções a respeito da maternidade e da carreira fazem com que as mães criem estratégias nesses dois ambientes para conciliar os múltiplos papéis. Os estudos apontam que a crença da mãe como única capaz de cuidar do filho traz sentimentos de ansiedade e insatisfação na mulher. Já a supervalorização da carreira gera medo de provocar a falta excessiva ao bebê e uma terceirização demasiada dos cuidados com a criança.

Conclui-se que a mulher vem ocupando espaços sociais, e a família vêm se reorganizando, e principalmente se modificando, ressignificando-se socialmente. Portanto, as estratégias no momento em que a mulher tem que se deparar com esses dois espaços, no final da licença-maternidade devem ser compreendidas levando-se em consideração a realidade particular de cada família e de cada mãe. Nesse contexto, percebe-se a importância das redes de apoio, como uma das formas encontradas pelas famílias na busca de cuidado aos seus filhos, e consequentemente auxílio para as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Todas as mulheres participantes voluntárias do questionário *on-line* na página de divulgação científica: 'Meninas na Ciência-UFRJ', que se dispuseram a disponibilizar suas experiências, opiniões e escolhas, enquanto mulheres. Estas se pronunciaram para além da conciliação de papéis que lhes é imposta socialmente, concordando com a utilização de suas histórias, para confecção de um banco de dados respeitando os seus anonimatos e informações de perfis, e consequentemente sendo fonte/resultado para a escrita deste trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. da S. **A Proteção Social no âmbito da Política de Assistência Social: uma análise sobre as seguranças sociais.** 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2011.

ALMEIDA, Tânia Mara C. de e BANDEIRA. Lourdes. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara et. Ali. (ogs.).



Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília, Cadernos AGENDE, No. 5, dez/2004.

ANAIS da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Autonomia e igualdade para as mulheres. Brasília (DF), dezembro de 2011. Disponível em <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/>.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

BARSTED, Leila de A. Linhares. “Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está nossa cidadania?” In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos- NIPAS/UNICEF, 1994. (pp.231-270).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Coleção Memória e sociedade. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRISOLA, E. M. A. ; SILVA, A. L. da; SÁ, M. A. dos S. O Sistema Único de Assistência Social e a perspectiva de gênero: construindo uma nova história? In: Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social: **Formação e Trabalho Profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS**, XV, 2016, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2016. CD-ROM.

CARLOTO, C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Serviço Social em Revista, Londrina, vol. 3, n. 2, [s.p.], jan./jun., 2001.

_____. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R.C. T; CAMPOS, M. S. ; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015, p. 179-209.

CARLOTO, C. M. ; MARIANO, S. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social.** Sociedade em Debate, Pelotas, vol. 14, n. 2, p. 153-168, jul./dez. 2008.

_____. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 18, n. 2, p. 451-471, mai./ago. 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. **Políticas Públicas, Gênero e Família.** In: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_htmmcassia.

CINTRA, Soraia Veloso. **O mundo do trabalho e a presença feminina.** Franca, v. 17, n. 1, p. 373-391, 2008.

_____. **Gênero: multiplicidade de representações e práticas sociais.** São Paulo, 2007.

_____. **A busca pela equidade: uma análise da realidade das melhores empresas para elas trabalharem.** São Paulo, 2007.



DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo**. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 2007, 240p.

DUARTE, L.F.D. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

DURHAM, E. **Família e reprodução humana**. Em B. Franchetto, M. L. V. C. Cavalcanti & M. L. Heilborn (Orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. (p.20).

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril/2004.

FARAH, Marta Ferreira S. **Gênero e políticas públicas na esfera local de governo**. *Organizações e Sociedade*, v. 6, n. 14, p. 65-104, 1999.

Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas**. Universidade de Brasília, Brasília/DF: *Psicologia & Sociedade*, 2015, pp.256-266.

HOSHINO, Camila. **“Ter filhos, estando na universidade, te faz uma errante na vida”**. In: _____. Lunetas: 2017.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas/supervisão** por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; Coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOURO, G. L. . Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M. ; MEYER, D. E. ; WALDOW, V. R. . (Org.). **Gênero & Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (pp.7-18).

MENDES, Gabriella da Silva. **“A INSERÇÃO DE MULHERES NA CIÊNCIA: Olhares a partir das pioneiras do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF-UFRJ) e de Estudantes do Ensino Fundamental”**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Saúde - Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Orientação: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2020.

MIOTO, R. C. T. **Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais**. In: DUARTE, M. J. O. ; ALENCAR, M. M. T de. (Org.). **Famílias & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. 2ª Tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (pp.3-14).

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005. (p.77-98).

PIRES, M. F. C. **O Materialismo Histórico-Dialético e a Educação**. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997. (p.1).

SAFFIOTI, H. I. B. . **Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras**. *Perspectivas*, São Paulo, 1985.



_____. **A mulher na sociedade de classes.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: SCOTT, J. . **Gender: a useful category of historical analyses.** In: **Gender and the politics of history.** New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade.** Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo. In: Revista Presença de Mulher, ano XVI, n. 45, outubro/2003.

SOARES, Vera. **A longa Caminhada: a construção de Políticas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres.** In: Governos Estaduais: desafios e avanços. Bittar, J. (org.). Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

VELHO, Léa e León, Elena. **A construção social da produção científica por mulheres.** Cadernos Pagu, Vol. 10, 1998, pp. 309-344.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento.** Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.

VELHO, Lea. LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. In: **Cadernos Pagu: gênero, tecnologia e ciência.** Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero- Unicamp, 1998.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, 2016, pp.535-549.